

## A FUNÇÃO IDEOLÓGICA E ECONÔMICA DA ESCOLA NA REPRODUÇÃO SOCIAL

Driely K. Rosa<sup>1</sup>  
Lívia de Oliveira Teixeira Dias Carvalho<sup>2</sup>

**RESUMO:** Os educadores e a sociedade estão percebendo a importância da luta por valorização profissional e a necessidade de uma escola pública de qualidade. Este artigo tem como objetivo analisar a função da ideologia do modo capitalista na reprodução social da educação. O estudo se refere a uma pesquisa de natureza qualitativa, caracterizando-se como um estudo de caráter exploratório e descritivo, com utilização de técnicas descritivas. Os políticos e os grupos tradicionais de poder pretendem manter um sistema educacional ineficiente para que eles possam perpetuar-se no poder. Por isso, uma educação pública de qualidade é a chave para o desenvolvimento de uma nova cultura crítica na sociedade brasileira, para além da reprodução da sociedade capitalista. A transformação radical do Brasil é a principal tarefa do povo brasileiro. É através das lutas que avançaremos a consciência classista dos trabalhadores da educação e conseguiremos construir uma educação que sirva ao povo. Para uma nova escola, serão necessárias mudanças estruturais profundas que não passam por eleições, pela simples troca de políticos e partidos no poder, mas sim por um processo revolucionário, com a mudança da lógica do Estado capitalista, abolindo as classes e sujeitando os interesses particulares ao bem da coletividade geral.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação. Função Ideológica. Reprodução Social.

### THE IDEOLOGICAL AND ECONOMIC FUNCTION OF THE SCHOOL IN SOCIAL REPRODUCTION

**ABSTRACT:** Educators and society are realizing the importance of the struggle for professional development and the need for a quality public school. The article aimed to analyze the role of the ideology of the capitalist mode in the social reproduction of education. The study refers to a qualitative research, characterized as an exploratory and descriptive study, using descriptive techniques. Politicians and traditional power groups intend to maintain an inefficient educational system so that they can perpetuate themselves in power. That is why a quality public education is the key to the development of a new critical culture in Brazilian society, beyond the reproduction of capitalist society. The radical transformation of Brazil is the main task of the Brazilian people and the radical transformation. It is through struggles that we will advance the class consciousness of education workers and manage to build an education that serves the people. A new school will require profound structural changes that do not involve elections, a simple change of politicians and parties in power, but a revolutionary process, with a change in the logic of the capitalist State, abolishing classes and subjecting particular interests to good of the general community.

---

<sup>1</sup>Especialista em Docência do Ensino Superior (2019). Bacharel em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2014). Bolsista do CNPQ no Projeto de Ensino à Distância no Mestrado de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2012). Personal e Professional Coaching. Revisora na Empresa Martins Rosa Mentoria e Revisão Editorial. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5037-7661>.

<sup>2</sup>Especialista em Gestalt Terapia, Gestão Escolar e Docência na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental com ênfase em Psicopedagogia. Psicóloga. Pedagoga. Licenciada em Educação Física. Professora universitária no Unicathedral. Professora efetiva do Município de Barra do Garças - MT. E-mail: [livia.carvalho86.psi@gmail.com](mailto:livia.carvalho86.psi@gmail.com).

**KEYWORDS:** Education. Ideological Function. Social Reproduction.

## 1. INTRODUÇÃO

Este estudo tem como intuito descrever a função ideológica na reprodução do capitalismo na educação. Na sociedade capitalista, os sistemas de ensino ganham novas funções ligadas à reprodução do modo de produção. Por isso é que apenas no modo de produção capitalista surgiram as condições necessárias para a escolarização de uma grande parcela da população. Foi na sociedade capitalista que nasceu a escola pública conforme conhecemos hoje.

De acordo com Freitas (2003), nas sociedades pré-capitalistas ou anteriores ao capitalismo, o sistema de ensino também cumpria funções econômicas e ideológicas, mas diferentes das cumpridas hoje pela sociedade capitalista. Porém, nessas sociedades não existiam condições de existência de um sistema de ensino massificado. O capitalismo e o socialismo foram os únicos modos de produção conhecidos na história da humanidade que conseguiram gerar uma acumulação produtora de um excedente social que podia ser destinado ao sistema de ensino massificado. O sistema econômico passou a exigir um sistema de ensino para a sua reprodução.

Para o autor, a massificação da escola pública é fruto da dupla revolução do final do século XVIII, a industrial e a francesa. A industrial deu a base econômica e a francesa a base política e ideológica. Isso não significa que imediata e mecanicamente tenha ocorrido a massificação dos sistemas de ensino. Na França, na Inglaterra e nos Estados Unidos, os sistemas de ensino foram de fato massificados a partir do final do século XIX e início do século XX. Existiram vários debates nesses países sobre o papel do sistema de ensino, a massificação dos sistemas de ensino não ocorreu de forma lenta.

Foi o processo de desenvolvimento tecnológico da indústria e a conformação do Sistema Imperialista, com a Segunda Revolução Industrial, que criou as condições necessárias para a consolidação dos sistemas de ensino. Foram as necessidades produtivas de apropriação da mais-valia relativa que criaram a pressão necessária para a massificação dos sistemas de ensino, pois era necessário educar os operários para o manuseio mínimo das máquinas e da nova tecnologia. Como afirma Freitas:

Para apoiar o desenvolvimento das forças produtivas, necessitou de uma escola que preparasse rapidamente, e em série, recursos humanos para

alimentar a produção de forma hierarquizada e fragmentada – e isso só era possível ser feito de forma escolarizada. (FREITAS, 2003, p. 26).

O crescimento das escolas inglesas esteve diretamente ligado ao avanço tecnológico da indústria e às exigências desta sobre o Estado. O Reino Unido contava com um sistema de ensino público anterior à Revolução Industrial, porém, não era massificado, já que não existiam leis exigindo a obrigatoriedade da frequência das crianças. Contudo, a partir da Revolução Industrial, surgiram movimentos em defesa da massificação dos sistemas de ensino (PONCE, 2001).

Diferente das concepções difundidas por determinadas correntes estruturalistas que acreditavam que a escola era o espaço para a reprodução simplesmente, de formar os filhos do povo para o mercado de trabalho, descobrimos que ela é o espaço do confronto, das contradições, que a dialética está presente dentro da escola, que a luta de classes está presente no chão da escola. A escola pode ser o indutor da consciência de classes.

## **2. DESENVOLVIMENTO**

Desde as sociedades mais antigas, podemos verificar a existência de algum tipo de educação ou embriões de sistemas escolares. Nas organizações pré-estatais, a educação era desempenhada por todo o conjunto social em suas ações do cotidiano (caça, pesca, ritos, danças etc.), concorrendo para a homogeneização do grupo e a preservação dos costumes de acordo com o interesse do coletivo geral. Todos eram professores e ao mesmo tempo alunos, sendo que os mais velhos desempenhavam um papel central no processo educativo do grupo (FONSECA, 1992; FREITAS, 2003).

A partir do momento em que se funda a propriedade privada, o Estado, a institucionalização da religião e a divisão em classes, surge também a necessidade, por parte das elites, de se criar um modelo minimamente organizado de ensino para inculcar em suas crianças os valores de uma sociedade cingida por classes, assegurando sobre todo o corpo social a hegemonia de uma ideologia (no sentido marxiano) do direito e desígnio divino, sangue nobre, linhagem, entre outros. Segundo Ponce:

Com o desaparecimento dos interesses comuns a todos os membros iguais de um grupo e a sua substituição por interesses distintos, pouco a pouco antagônicos, o processo educativo, que até então era único, sofreu uma partição: a desigualdade econômica entre os organizadores – cada vez mais exploradores – e os “executores” – cada vez mais explorados – trouxe

necessariamente, a desigualdades das educações respectivas. (PONCE, 2001, p. 26).

Tratando-se de Ocidente, uma das primeiras tentativas de organização do sistema de ensino é encontrada na Grécia Antiga. De um lado o modelo espartano, enfatizando as habilidades militares com vistas à submissão das classes e dos povos rivais e, do outro, o modelo ateniense, baseado no amor à pátria, no fortalecimento e na evolução das instituições e culto aos deuses.

Em Roma, mais exatamente no governo de Juliano, por volta de 362 d.C., o ensino público é colocado pela primeira vez na história sob a responsabilidade do Estado. O público usado aqui, porém, não significa universalidade, acessibilidade, mas sim um sistema de ensino financiado por verbas públicas para a educação dos filhos das classes dirigentes, os homens de bem (*vir bonus*), de acordo com Catão.

Para Freitas (2003), durante a maior parte da Idade Média na Europa, o sistema de ensino foi praticamente monopólio da Igreja Católica. Concentrada nos mosteiros, as escolas católicas se balizavam pelos estudos religiosos, predominantemente cristãos, para formarem novos sacerdotes, responsáveis por elaborar e propagar uma visão de mundo católica para a sociedade, assegurando assim a influência e o domínio da Igreja nas instâncias políticas e econômicas.

Somente por volta do século XI, com o florescimento do comércio, começaram a surgir as primeiras universidades laicas, cujo objetivo primordial era oferecer um conhecimento técnico para os filhos da nascente burguesia se sobressaírem nas áreas mercantis. Burguesia essa que foi a principal financiadora do Renascimento, movimento que por meio do resgate dos autores clássicos gregos e romanos propôs uma revolução nas artes e nas ciências (FREIRE, 2000; MÉSZÁROS, 2004).

Althusser (1983) descreve que é no período da Revolução Francesa que o projeto de educação pública laica e universal é apresentado com mais vigor nas ideias de Rousseau, Condorcet e Pestalozzi. Porém, jamais passou pela cabeça destes a construção de uma escola capaz de oferecer às classes populares uma formação que os levassem a questionar a estrutura social, que incutisse nos estudantes o desejo e a necessidade de mudanças e muito menos a luta por uma nova sociedade em que as oportunidades e condições de vida seriam rigorosamente iguais para todos os cidadãos.

Tratava-se de uma disputa entre burguesia liberal e a nobreza tradicional, essencialmente religiosa, pelo controle do aparato educacional, isto é, o poder de formar as

elites e doutrinar o populacho (FREITAG, 1980). Ainda assim, é mister lembrar que rivais nesse ponto específico, a burguesia recorria à Igreja em seus projetos, pois via esta como “um poderoso instrumento para inculcar nas massas operárias a sagrada virtude de se deixar tosquiado sem protestos” (PONCE, 2001, p. 154). Eis aí a natureza do sistema de educação pública liberal que servirá de modelo para seus sucessores.

Althusser (1983) descreve que com a afirmação do modo de produção capitalista, criaram-se então as condições necessárias para a formação de um sistema de ensino público massificado. Esse fato demonstra a importância do sistema de ensino para a reprodução do modo de produção capitalista.

O sociólogo Émile Durkheim apresentou a importância da função social exercida pelo ensino, sobretudo o aspecto da reprodução cultural cumprida pela escola na manutenção dos valores da sociedade. Durkheim considerou a escola como o lugar da socialização do estudante, ou seja, o local em que as crianças adquirem os ideais da sociedade. Defendia que cada sociedade possui um modelo ideal de ser humano e que a escola procura reproduzir esse modelo ideal de homem, por isso é o local de reprodução dos valores da sociedade. Durkheim define a função da educação como:

A educação é a ação exercida, pelas gerações adultas, sobre as gerações que não se encontrem ainda preparadas para a vida social, tem por objetivo suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política, no seu conjunto, e pelo meio especial a que a criança, particularmente, se destine. (DURKHEIM, 1973, p. 41).

A transmissão de conhecimentos e valores cumprindo funções pré-estabelecidas na sociedade é uma função essencial desempenhada pelos mais diversos sistemas de ensino e de educação segundo Durkheim. A educação permitia que as “gerações adultas” modelassem um sistema de ensino para cumprir um tipo de função de interesse social. É assim que ele caracterizava que a educação “consiste numa socialização metódica das novas gerações” (DURKHEIM, 1973, p. 45).

A principal função da educação em Durkheim<sup>3</sup> se resume no fato de que “a educação é a socialização da criança” e, com isso, a escola (na compreensão mais geral do termo) cumpre um papel importante para a sociedade. Ao trazermos os estudos de Durkheim para a nossa

---

<sup>3</sup>É preciso ressaltar que o estudo sobre educação constitui um tema central da análise de Durkheim, que dedicou inúmeras obras sobre a questão. Estamos aqui apenas a levantar o aspecto da função da socialização para cumprir os objetivos propostos nesse livro e não pretendemos fazer uma análise sistemática das ideias do autor.

sociedade, a sociedade capitalista, é possível defender que a escola cumpra a função de reprodução da lógica do capital, ou seja, as crianças são educadas para adquirir a ideologia e os valores do capital.

Essas questões levantadas por Durkheim sobre o papel do sistema de ensino na socialização da criança são de grande relevância para os estudos pedagógicos, mas não conseguem adentrar na questão econômica, que revela a função essencial cumprida pelo sistema de ensino na sociedade capitalista. Além dessa função de reprodução ideológica, o sistema de ensino também cumpre uma função de reprodução econômica ligada à sua lógica interna mais íntima, a lei do valor. A reprodução econômica materializada no sistema de ensino é percebida através da necessidade de apropriação da mais-valia.

Outros autores que aprofundaram os aspectos ideológicos da reprodução foram Althusser e Bourdieu. Em sua teoria sobre o AIEs, Althusser pontua que as igrejas, sindicatos, entre outras instituições, cumprem o papel de reprodutoras ideológicas do Estado e da formação social capitalista. Para Bourdieu, a educação também cumpre um papel de reprodução dos valores da sociedade.

Para que aprofundemos outros elementos não ressaltados por Durkheim, Althusser e Bourdieu, é necessário apresentar algumas leis intrínsecas ao sistema do capital. Isso permite estudarmos outra função do sistema de ensino para além dos conceitos de manutenção dos valores da sociedade e da reprodução da sociedade capitalista. É possível aprofundar essa análise através de alguns conceitos criados por Marx, que foi o autor que mais se aprofundou na anatomia da sociedade capitalista. Entendemos que as visões durkheimiana, althusseriana e a bourdiesiana devem ser complementares à análise marxiana. É necessário compreendermos as leis gerais da sociedade capitalista para verificarmos como ocorre o processo de desenvolvimento do sistema de instrução pública na sociedade capitalista. Entendemos que essa compreensão só é possível através do método do materialismo histórico.

Muitos podem estranhar o fato de Marx ser citado como um referencial teórico para a análise do sistema educacional, já que ele não escreveu nenhum livro específico sobre o sistema de ensino no capitalismo. Esse raciocínio é correto. Até onde conhecemos, Marx não elaborou um estudo sistemático sobre os sistemas educacionais, mas é possível encontrarmos em seus escritos várias questões relevantes sobre a educação e o sistema de ensino. Alguns conceitos formulados por ele permitem uma melhor compreensão das funções do sistema de ensino na sociedade capitalista.

Inicialmente, é necessário retornar ao conceito de totalidade. Esse conceito é importante para marxistas e hegelianos, pois demonstra que nenhuma coisa está desligada da

outra, que todas as coisas estão em interação e são interdependentes. Assim, o sistema educacional não está acima do sistema de produção, o que não significa que o sistema educativo seja mera reprodução do sistema econômico. Por meio do conceito de totalidade é possível verificarmos a função do sistema de educação no modo de produção capitalista através da lei do valor. A escola não é uma instituição separada da formação social em que ela faz parte. Ela não é uma simples reprodução do econômico como quiseram fazer crer os estudos mecânicos e deterministas, mas ela não está e nem pode estar desligada da sociedade e do sistema econômico ao qual está inserida (DURKHEIM, 1973).

De acordo com Ponce (2001), a escola cumpre o seu papel de aparelho ideológico do Estado, isso é inegável, mas para além disso, a escola cumpre funções econômicas para a reprodução do modo de produção capitalista. O fim das escolas representaria um grande problema ideológico e econômico para a reprodução do capitalismo. O que queremos chamar a atenção é para o aspecto de que as escolas cumprem um papel específico no sistema de produção capitalista, permitindo a existência de uma forma determinada de acumulação do capital.

Para Freitas (2003), é necessário esclarecermos que não estamos defendendo que no momento político e econômico atual, do início do século XXI, haja um interesse por parte do grande capital em preservar ou avançar nos investimentos educacionais. A profunda crise econômica e política do sistema imperialista está levando a um sucateamento global dos sistemas de ensino, através da redução de investimentos em educação. Isso representa um problema para os povos do mundo. Mas por outro lado, a crise política e econômica do capital não levará ao fim dos sistemas de ensino, pois fundamentalmente eles cumprem as funções de reprodução do capitalismo, tanto a reprodução ideológica como a reprodução econômica. Portanto, na atual crise capitalista, é necessário investir a menor quantidade possível de excedente social no sistema de ensino sem ser decretado o seu fim, pois essa seria uma prática antieconômica.

## 2.1 A FUNÇÃO ECONÔMICA DOS SISTEMAS DE ENSINO

A principal categoria marxiana para a compreensão da função do sistema educacional é a de mais-valia, particularmente a de mais-valia relativa, pois “a produção capitalista não é apenas produção de mercadorias, ela é essencialmente produção de mais-valia” (MARX, 1982, p. 584). Para chegarmos ao conceito de mais-valia relativa, abordaremos algumas questões gerais do pensamento de Marx. Tentaremos apresentar de forma didática alguns conceitos para

penetrarmos melhor no conceito de mais-valia relativa, para vermos a relação entre a lei do valor e os sistemas de ensino.

A lei marxiana do valor é a base central abstrata para a compreensão do modo de produção capitalista. Para existir o capitalismo, é necessário ocorrer a reprodução da lei do valor. Os modos de produção pequenos mercantes ou escravistas não reproduziam a lei do valor, mesmo existindo comércio ou trabalho assalariado. Através do método dialético, do geral ao particular, Marx (1996) inicia a sua principal obra<sup>4</sup> pelo aspecto abstrato da lei do valor expressa nas mercadorias. A mercadoria e a produção de mercadorias são consideradas a relação essencial da sociedade capitalista.

Em linhas gerais, podemos definir a lei do valor como a média quantitativa de trabalho abstrato materializado na mercadoria, que serve como equivalente geral na troca com outras mercadorias. O dinheiro é a sua materialização para a realização do intercâmbio global entre as mercadorias. Por isso que Marx define a fórmula geral do capitalismo pela equação D-M-D'. Ele define a lei do valor da seguinte forma:

Portanto, um valor de uso ou bem possui valor, apenas, porque nele está objetivado ou materializado trabalho humano abstrato. Como medir então a grandeza de seu valor? Por meio do *quantum* nele contido da “substância constituidora do valor”, o trabalho. A própria quantidade de trabalho é medida pelo seu tempo de duração, e o tempo de trabalho possui, por sua vez, sua unidade de medida nas determinadas frações do tempo, como hora, dia etc. (MARX, 1996, p. 168).

O valor é um quantum de trabalho humano abstrato em geral, ou seja, uma média social do trabalho empregado na produção da mercadoria. Isso significa que as “mercadorias que contêm as mesmas quantidades de trabalho ou que podem ser produzidas no mesmo tempo de trabalho, têm, portanto, a mesma grandeza de valor” (MARX, 1996, p. 169).

Para Marx, o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de uma mercadoria também muda “por meio de circunstâncias diversas, entre outras pelo grau médio de habilidade dos trabalhadores, o nível de desenvolvimento da ciência e sua aplicabilidade tecnológica, a combinação social do processo de produção, o volume e a eficácia dos meios de produção e as condições naturais” (MARX, 1996, p. 169). Queremos apontar para duas questões: o tempo de trabalho socialmente necessário é fundamental para a definição do valor, assim como as modificações técnicas permitem a modificação da sua grandeza. Essas são duas

---

<sup>4</sup> *Capital – Crítica da Economia Política – Volume 01 – Tomo 01 – O processo de produção do Capital*. Abril Cultural, São Paulo: 1996.



características importantes que temos que relacionar com o entendimento sobre o sistema educacional.

Para Marx (1996), a categoria de tempo de trabalho socialmente necessário é fundamental para apresentar a nossa posição sobre a função do sistema educacional na sociedade capitalista, ou seja, vamos discutir que o sistema de ensino cria as condições essenciais para que o operário possa apertar um botão e permitir a redução do tempo de trabalho socialmente necessário para a produção das mercadorias. Claro que o sistema educacional não é o fator único para isso, mas ele possui a sua importância na grandeza do valor das mercadorias, expresso na quantidade de trabalho empregado com o desenvolvimento de novas tecnologias e as pré-condições escolares para o seu manuseio.

Althusser (1983) descreve que os capitalistas procuram reduzir o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de cada mercadoria. Esse não é um processo consciente. Para reduzir esse tempo de trabalho, é necessário investir em máquinas e implementos. A base do desenvolvimento tecnológico é a base para a formação da mais-valia relativa. Agora, depois de esclarecido de maneira didática e superficial o caminho percorrido por Marx para chegar à mais-valia relativa, é necessário que aprofundemos na relação entre mais-valia relativa e sistema educacional

Para Marx, existe duas formas de apropriação da mais-valia, a mais-valia absoluta e a mais-valia relativa. De uma forma geral, o conceito de mais-valia para Marx é o tempo de trabalho não pago ao trabalhador no processo de produção das mercadorias. Assim, Marx define a mais-valia absoluta como:

A produção da mais-valia absoluta se realiza com o prolongamento da jornada de trabalho além do ponto em que o trabalhador produz apenas um equivalente ao valor de sua força de trabalho e com a apropriação pelo capital desse trabalho excedente. Ela constitui o fundamento do sistema capitalista e o ponto de partida da produção da mais-valia relativa. Esta pressupõe que a jornada de trabalho já esteja dividida em duas partes: trabalho necessário e trabalho excedente. Para prolongar o trabalho excedente, encurta-se o trabalho necessário com métodos que permitem produzir-se em menos tempo o equivalente ao salário. A produção da mais-valia absoluta gira exclusivamente em torno da duração da jornada de trabalho; a produção da mais-valia relativa revoluciona totalmente os processos técnicos de trabalho e as combinações sociais. (MARX, 1982, p. 585).

Se os capitalistas se limitassem à busca da mais-valia absoluta, não existiria necessidade de escolarização em massa, pois a única relação entre o trabalho necessário e o trabalho excedente já estaria satisfeita. É a relação da mais-valia relativa o principal condicionador para a existência de uma escolarização em massa na sociedade capitalista. Como

é necessário reduzir o tempo de trabalho através da introdução de novas tecnologias, se faz necessária a produção dessa mais-valia.

Para Marx (1996), a mais-valia é uma relação importante no capitalismo. Marx a divide em mais-valia absoluta e mais-valia relativa. A mais-valia absoluta é o aumento da jornada de trabalho, ou seja, o capitalista consegue aumentar a sua mais-valia através do aumento das horas de trabalho do trabalhador. Na mais-valia relativa, o capitalista consegue aumentar a sua mais-valia por meio do aumento da produtividade do trabalho, ou seja, através da introdução de máquinas e implementos que possibilitem produzir mais em menor tempo.

Althusser (1983) descreve que a mais-valia relativa é importante para o capitalismo e, portanto, deve ser analisada em conjunto com o sistema educacional. O sistema educacional garante a lógica da mais-valia relativa, pois para aumentar a produtividade através da introdução de máquinas na produção, é necessário que o operário manuseie e conheça novas técnicas. Se o operário não domina o básico de matemática ou não sabe ler, ele não pode ser formado nos cursos técnicos mantidos pelas empresas. Portanto a função básica do sistema educacional no capitalismo é gerar uma grande quantidade de trabalhadores que possuam conhecimentos mínimos para manusear determinadas máquinas ou realizar determinados trabalhos. Seria muito difícil conseguir mão de obra especializada sem o papel cumprido pelo sistema de educação. Por isso, ele é uma responsabilidade do Estado capitalista e apenas o modo de produção capitalista conseguiu criar as condições necessárias para a implementação de um sistema de educação público.

Assim, Marx define a mais-valia relativa:

A produção da mais-valia relativa pressupõe, portanto, um modo de produção especificamente capitalista, que, com seus métodos, meios e condições, surge e se desenvolve, de início, na base da subordinação formal do trabalho ao capital. No curso desse desenvolvimento, essa subordinação formal é substituída pela sujeição real do trabalho ao capital. (MARX, 1982, p. 585).

Qualquer país que não conte com um sistema educacional não possui condições de competição dentro do capitalismo, mesmo onde a extração da mais-valia absoluta seja a mola mestra da acumulação do capital. Isso não significa que os capitalistas queiram abrir mão do excedente social para o investimento em um sistema de ensino. Por isso, essa é uma responsabilidade prioritária do Estado, que tendencialmente investe a mais-valia global ou o excedente social apropriado através dos impostos, mas todo investimento no sistema de educação segue tendencialmente a lógica de desenvolvimento do próprio capital.

Ponce (2001), na França, o sistema de educação fez parte dos livros dos filósofos iluministas e dos discursos dos revolucionários. A educação basicamente cumpria uma função de libertação do homem das amarras do Antigo Regime para esses autores. A crítica à educação aristocrática estava presente em todos os pensadores iluministas e revolucionários. A síntese desse pensamento foi materializada na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Os principais revolucionários jacobinos defendiam a massificação da escola pública. Porém, com o fim do período revolucionário, são aprovadas leis que permitem o crescimento das escolas privadas. Somente com o advento da Terceira República que a escola pública é massificada na França, chamada de República dos Professores devido a esse fato.

Althusser (1983) descreve que nos Estados Unidos existiam escolas e universidades desde o século XVII, mas a massificação de fato se tornou uma política pública apenas no final do século XIX. Nas colônias do Norte existia uma maior popularização de escolas, enquanto no Sul escravista a educação era exclusivamente tutorial e destinada apenas aos filhos dos grandes proprietários de terras. Após a independência, aconteceu um crescimento das escolas, mas nada que possa ser chamado de massificação. Apenas depois da Guerra Civil é que aconteceu um crescimento das escolas, mas foi somente no final do século XIX que as escolas públicas superaram as escolas privadas. Somente em 1900 é que a maioria dos estados, mas não todos, tinham leis que obrigavam as crianças a frequentarem as escolas.

Saviani (1987) afirma que o atual sistema de ensino brasileiro foi formado a partir do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, que criou as condições necessárias para o surgimento de um sistema de ensino massificado. Ao analisá-lo historicamente, percebemos a função que ele cumpre no capitalismo brasileiro. Apenas na década de 1980 ele foi universalizado, sem romper com o padrão historicamente constituído e cumprindo principalmente a função de preparar a força de trabalho para assumir uma posição no mercado com qualificação técnica mínima (leitura e escrita).

Para Althusser (1983), durante o período colonial não existia necessidade e condições para o surgimento de um sistema de ensino massificado. A especialização da economia colonial na produção de produtos primários para a exportação, baseada na grande propriedade e na exploração da força de trabalho escrava, criava barreiras que impossibilitavam a sua massificação. A educação não cumpria uma função econômica essencial nessa sociedade. O centro dinâmico da economia encontrava-se fora da colônia, conforme defendeu Celso Furtado, mas mesmo nos centros dinâmicos, como em Portugal ou no Reino Unido, o sistema de ensino continuava limitado à pequena parcela da população.

De acordo com Ponce (2001), o predomínio das relações de trabalho escravistas no Brasil colonial dificultava ainda mais para o surgimento de um sistema de ensino massificado, pois não era preciso grande especialização da força de trabalho, que executava mecanicamente os seus trabalhos nos engenhos e outras atividades coloniais. Claro que algumas funções na estrutura do engenho colonial exigiam um nível técnico mais aprofundado, pois a maquinaria dos engenhos representava um grande avanço tecnológico para a época. Esses trabalhadores eram quantitativamente muito pequenos no universo produtivo colonial, não justificando a necessidade de especialização da maior parte da força de trabalho empregada nos engenhos coloniais, causa principal da não massificação do sistema de ensino durante esse período.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa demonstrou como através de três breves exemplos de que a escola pública é tributária da Segunda Revolução Industrial ocorrida no final do século XIX. Por isso, a escola foi organizada internamente, seguindo um modelo ideológico fabril e capitalista de acordo com as exigências da mais-valia relativa que o desenvolvimento tecnológico criava. O interior da escola visa simular o ambiente de trabalho capitalista. Internamente, ela se organiza com horários rígidos a serem cumpridos; chamadas para verificação das presenças; a divisão do saber em disciplinas; a disposição das cadeiras na sala de aula; a uniformização do ambiente escolar; o sinal; a hierarquia, a avaliação; entre outros instrumentos que servem para a reprodução dos valores do capitalismo. Claro que nunca uma simples reprodução mecânica, pois existiram reformistas e muitas lutas populares que não deixaram existir apenas uma reprodução mecânica. Mas a maioria das cobranças foi incorporada pelo capital e essencialmente o interior da escola continua a ser uma reprodução do modelo fabril até os dias de hoje, ela não é mecanizada, mas é intencionalmente construída para atender o modelo capitalista de produção.

O capitalismo se organiza de forma monopolista a partir do final do século XIX. Com a união do capital financeiro e do capital bancário, surge o Sistema Imperialista, que é a expressão personificada do capitalismo em nossos dias. A ordem imperialista e as leis de desenvolvimento da acumulação capitalista geraram duas Guerras Mundiais. A Ordem Mundial surgida desses conflitos levou a um predomínio do imperialismo estadunidense sobre o globo. Dessa forma, todas as instituições surgidas do pós-Guerra (ONU, BM, OMC, entre outras) tiveram o papel de influenciar a massificação dos sistemas de ensino globalmente. Essas

instituições e tratados paralelos influenciaram no modelo dos sistemas de educação adotados pelos mais variados países.

Na época atual, com a Terceira Revolução Industrial, com o surgimento da robótica, da microeletrônica, do *just in time*, de nascimento do pensamento neoliberal, de crise profunda das relações capitalistas, a escola passa por um novo momento.

#### **4. REFERÊNCIAS**

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE). Rio de Janeiro: Graal, 1983.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A Reprodução**: Elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

DURKHEIM, Emile. **Educación y Sociología**. Buenos Aires: Editorial Shapire, 1973.

FONSECA, Dirce Mendes da. **O pensamento privatista em educação**. Campinas: Papyrus, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e Sociedade**. São Paulo: Moraes, 1980.

FREITAS, Luiz Carlos. **Ciclos, seriação e avaliação**. São Paulo: Moderna, 2003.

MARX, Karl. **O Capital – Crítica da Economia Política – Volume 01 – Tomo 01 – O processo de produção do Capital**. Abril Cultural: São Paulo, 1996.

MÉSZÁROS, István. **Educação para além do capital**. Intervenção na abertura no Fórum Mundial de Educação, Porto Alegre, Brasil, 28 jul. 2004. Tradução T. Brito. Disponível em: <[http://resistir.info/meszaros/meszaros\\_educacao.html](http://resistir.info/meszaros/meszaros_educacao.html)>. Acesso em: 04 out. 2021.

PONCE, Aníbal. **Educação e Luta de Classes**. 18 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SAVIANI, Dermeval. Tendências e correntes da educação brasileira. In: MENDES, Dumerval Trigueiro (Coord.). **Filosofia da educação brasileira**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.